



Governarte Call

Secure Government

1. Basic Information

Title of innovation

O Modelo de Gestão por Resultados do Programa Pacto pela Vida

Name of institution

Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo de Pernambuco

Institution's website

www.seplag.pe.gov.br

Department /Province/State

Pernambuco

Country

Brazil

Contact Name

Vivianne Gueiros Lira Dornelas Câmara

Title

Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão

2. Justification

Description of the innovation (1.400 words)

The description should answer the following questions:

- What was the innovation carried out?
- What was the goal of innovation?
- What problem or situation did it seek to address?
- Who were the target beneficiaries?
- What is the period of implementation?
- Why should it be given recognition?

Estabelecido em 2008, o Modelo de Gestão por Resultados do Programa Pacto pela Vida, teve sua primeira reunião registrada em ata em 12 de setembro. Objetivando o gerenciamento do Pacto Pela Vida - plano de segurança pública de Pernambuco, através de ferramentas de administração integrado e transversal, que priorizam a coordenação, o monitoramento e a avaliação constante das ações desenvolvidas na área de segurança. Durante décadas, Pernambuco havia sido reconhecidamente um dos mais violentos do país. Estudos revelavam que nos 30 anos antecedentes a 2007, o Estado possuía um patamar de criminalidade dos mais elevados do Brasil, tendo atingido um índice de 58,8 mortes por agressão por 100.000 habitantes em 2001, segundo dados do Sistema Único de Saúde do Brasil-Datasus, estando 111% acima da média brasileira, que era de 27,9 por 100.000 habitantes. Sua capital, no período compreendido entre 2000 e 2005, apresentava a maior taxa de homicídios dentre todas as 27 capitais do país em cinco desses seis anos, chegando a atingir níveis superiores a grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Em 2006, ano anterior ao lançamento do Pacto pela Vida, Pernambuco registrou 4.478 mortes por agressão, de acordo com a mesma fonte, numa curva ascendente desde o início da década. As pesquisas revelavam que 93,4% das vítimas mortais por agressão eram do sexo masculino, de idade jovem ou adulta (entre 20 e 29 anos). Além deste grupo, Pernambuco foi também identificado como recordista nos índices de violência contra a mulher. Entre os anos de 2003 e 2006, a média do Estado foi de quase uma mulher vítima de homicídio por dia. O modelo veio atender a uma necessidade de ações mais urgentes e efetivas agregando tecnicidade, em relação às que já haviam sido implementadas inicialmente sob a governança exclusiva dos órgãos de segurança do Estado dentro do escopo do Programa supracitado. Essa estrutura foi considerada insuficiente visto que as informações geradas não eram integradas ou consolidadas com outros entes, tais como o Poder Judiciário e outros órgãos do Poder Executivo; havia a necessidade de um sistema de acompanhamento, tratamento e análise de dados que gerassem informações estratégicas; havia pouca integração entre os atores envolvidos no combate à violência e criminalidade; não havia indicadores de processo claramente estabelecidos e acompanhados. Para avançar ainda mais, fazia-se necessária a integração com as forças policiais - que já atuavam desde a implantação do Programa no ano de 2007, na prevenção, na repressão da violência e na redução da criminalidade. Além disso, percebeu-se a necessidade de criação de mecanismos para sistematização das deliberações e tomadas de decisões proporcionando agilidade e capacidade de adaptação rápida às mudanças nas estratégias planejadas. Em 2007, embora apresentasse redução de -2,0% na taxa de CVLI (crimes violentos letais intencionais por 100 mil habitantes, sendo este o principal indicador para medição da redução da criminalidade), o Pacto pela Vida apresentava resultados acentuadamente abaixo da meta estabelecida, sendo esta de 12% ao ano. Os resultados obtidos à época eram uma resposta inicial a um estado crítico de violência em Pernambuco. A Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG foi designada como coordenadora executiva do Comitê Gestor do Programa Pacto pela Vida. A SEPLAG então idealizou e implantou o Modelo de Gestão por Resultados do Programa Pacto pela Vida, calcado em uma sistemática de monitoramento e avaliação de ações integradas, que passou a oferecer um norte estratégico para o alcance da redução anual de 12% do CVLI. Esse modelo foi construído sobre quatro pilares: i) governança; ii) infra-estrutura; iii) arranjo intelectual e iv) integração. A governança ocorre através do Comitê Gestor que é a instância governamental que coordena o monitoramento da política de segurança pública das 26 áreas integradas de segurança pública do Estado. É formado por membros da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Científica, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Secretaria Executiva de Ressocialização, dentre outros órgãos do Estado e demais entidades envolvidos na execução das ações do Pacto pela Vida que atuam de forma integrada com grupos especializados de trabalho criados para planejar, monitorar e avaliar as ações, visando a implementação de políticas públicas de prevenção primária, secundária e terciária - as Câmaras Técnicas, quais sejam: Defesa Social; Administração

Prisional; Articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria; Prevenção Social; Enfrentamento ao Crack e Enfrentamento da Violência de Gênero Contra a Mulher. Tais Câmaras Técnicas reúnem-se semanalmente para discutir suas ações estratégicas, e seus representantes estão presentes nas Reuniões de Monitoramento com membros do Comitê Gestor. Dessa forma, as dificuldades são compartilhadas, os indicadores são apresentados, e as deliberações levadas por seus representantes às reuniões das respectivas Câmaras Técnicas, que têm a responsabilidade de articular com os representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, as ações definidas nas Reuniões de Monitoramento do Comitê Gestor. Esse modelo de governança é resultado do entendimento de que segurança pública não é um aspecto a ser abordado exclusivamente pelas forças policiais: é uma questão muito mais ampla, que envolve ações gerenciais globais, voltadas não apenas à repressão, mas igualmente à prevenção primária, através da educação, socialização do cidadão e oferecimento de oportunidades por parte do poder público, visando abordar não apenas as consequências da violência, mas também as suas causas. A infra-estrutura conta com uma sala de situação na Seplag, idealizada para a realização das referidas Reuniões de Monitoramento semanais podendo acomodar até 80 gestores. A sala é equipada com mesa em formato “U”, sistema de som e painéis de LED que permitem a projeção e visualização do conjunto dos indicadores sendo monitorados, e facilitam a prestação de relatórios das Câmaras Técnicas e projeção de vídeos de operações especiais. Há ainda um espaço de aproximadamente 500m² com 08 salas de reunião, tendo sido arquitetado com estrutura de divisórias móveis, possibilitando diferentes arranjos para acomodar diversas modalidades de eventos. O arranjo intelectual compreende a alocação dos gestores, analistas e técnicos em áreas estratégicas, para tratamento de dados e circulação da informação de acordo com suas habilidades técnicas, que servem de base para a tomada de decisão. Nesse contexto foi criado o Núcleo de Gestão por Resultados da Seplag com 17 analistas, lotados fisicamente tanto na Secretaria de Defesa e Social, quanto na Secretaria de Planejamento e Gestão, que organizam semanalmente os percentuais de atingimento das metas, a partir da consolidação e leitura dos indicadores de processo, cujos dados são enviados por gestores das Áreas Integradas de Segurança no Estado de Pernambuco. A integração é promovida pelo Núcleo de Gestão por Resultados que assessora o Comitê Gestor na consolidação dos indicadores semanais e mensais com uso de ferramentas e relatórios para divulgação dos resultados pactuados aos diversos envolvidos. O núcleo ainda realiza a coordenação e acompanhamento às Câmaras Técnicas, através da identificação de gargalos, apoio e elaboração de pareceres para definição de prioridades. O modelo é uma iniciativa que tem influenciado diretamente os índices de violência no Estado de Pernambuco. Agrega flexibilidade ao Pacto pela Vida, propondo ações corretivas de forma imediata, não aguardando o final do processo para que sejam adotadas ações corretivas necessárias, dotando o processo de agilidade e uma maior capacidade de auto-redirecionamento. Desde a implantação do modelo até o ano de 2011, foi registrada uma redução média de -8,14% mensal no CVLI, tendo atingido um percentual máximo de redução de -12,47% no ano de 2010 em oposição a uma redução de -4,5% na implantação do Programa entre 2007 e 2008, beneficiando estratos mais vulneráveis à criminalidade, como jovens e mulheres. Destaca-se ainda que a tendência de todos os estados da região NE, enquanto houve aumento de +13,1% desde o ano de 2008, Pernambuco reduziu em -22,9% seus índices de CVLI. Extraindo-se dados da década compreendida entre 2001 e 2011 as pesquisas revelam resultados que corroboram com a efetividade do Programa implantado pelo Estado, onde houve significativo aumento do CVLI nos Estados da Bahia (+223,6%), Paraíba (+202,3%), Rio Grande do Norte (+190,2%), Maranhão (+153,1%), Alagoas (+146,5%), Ceará (+90,1%), Piauí (+51,2%) e Sergipe (+20,8%). Pernambuco foi o único a apresentar redução de -33,4% neste período. Além do sucesso nos resultados obtidos, é um modelo que tem sido replicado por municípios e Estados, como Governos Estaduais da Bahia, Paraíba, Espírito Santo, Distrito Federal, Prefeituras do Recife e Bezerros. Vale ressaltar que esse modelo integra o Programa Pacto pela Vida, prática essa premiada pela ONU no ano de 2013 através do prêmio do serviço público das Nações Unidas, na categoria “melhoria da entrega dos serviços públicos”.

[Video 1](#)

Results and/or impact on crime prevention (30%) (1.200 words)

The description of impacts and results achieved must include objective indicators. Reference can be made to external or internal evaluations made of the innovation; in this case, the methodology used for the evaluation must be included as an annex.

Particular weight will be given to the following:

- That the results or impacts achieved were positive, in other words, that the objectives of the initiative were fulfilled.
- Quality of indicators used as reference.
- The establishment of causal relationships between interventions and outcomes achieved.

Example of results and/or impacts achieved:

- Increase of the citizen participation.
- Recovery and appropriation of a public space.
- Reduction in the rate of crime and violence.
- Reduction of recidivism.
- Increased confidence of citizens in public citizen security institutions.

Os principais impactos resultantes da implantação do Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida podem ser percebidos através do comportamento de um grupo de indicadores desde a implantação do modelo, quais sejam: i) os crimes violentos letais intencionais - CVLI; ii) os crimes violentos contra o patrimônio - CVP; iii) a responsividade do Estado; iv) a qualidade da informação e v) os investimentos na área de segurança. O indicador – Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI é medido a partir da apuração diária das ocorrências de crimes contra a vida e contra o patrimônio em um sistema chamado Infopol pelas equipes das forças policiais do Estado de Pernambuco. Os indicadores são validados pela Gerência de Análise Criminal e Estatística - Gace, da Secretaria de Defesa Social – SDS, através da comparação com indicadores semelhantes apurados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp para o Estado, e as informações daí advindas são analisadas pela Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag, servindo de base para a tomada de decisão nas Reuniões de Monitoramento. De acordo com o estabelecido no Programa Pacto pela Vida, a meta de redução anual do CVLI é de 12% ao ano. O primeiro impacto medido foi o aumento significativo na redução anual das taxas de CVLI. A taxa de 55,06 mortes por 100.000 habitantes refletida nesse indicador apurado em 2006, começou a arrefecer com a implantação do Programa Pacto pela Vida, tendo alcançado o patamar de redução de 2,0% em 2007. Entretanto, a partir da implantação do Modelo em 2008, essa queda foi acentuada para uma média anual de -7,2%, tendo atingindo um percentual máximo de redução no ano 2010 de -13,6%. Vale destacar que o dia 29 de abril de 2013 foi registrado como o primeiro dia com zero homicídios no Estado de Pernambuco desde o início do acompanhamento do CVLI no ano de 2004. O segundo impacto observado foi a melhoria da responsividade do Estado, resultante de uma maior integração entre os atores envolvidos na política de segurança e prevenção à criminalidade. Historicamente no Estado, observava-se entraves entre os Poderes Executivo e Judiciário e o Ministério Público, próprios da burocracia estabelecida pela natureza dos seus processos. O Modelo, entretanto, buscava uma ruptura com esse cenário, de forma que, desde a implantação do modelo foram realizadas 173 Reuniões de Monitoramento, 27 das quais com a presença do Governador do Estado, gerando 2.204 encaminhamentos. Em todas as reuniões estiveram presentes representantes do Comitê Gestor, que compõem a Câmara Técnica de Articulação para assegurar uma integração efetiva - estabelecida como premissa do referido modelo de gestão - com o propósito de promover agilidade no trâmite dos encaminhamentos e no cumprimento dos mesmos. Por conseguinte, foi observada uma melhoria na eficiência do oferecimento de denúncias pelo Ministério Público, nos índices de instauração e conclusão de inquéritos com determinação de autoria e um aumento dos índices na execução dos mandados de prisão, resultados obtidos com o engajamento e a integração dos atores acima nominados na Gestão do Pacto pela Vida. Assim, registra-se no total de 17.599 mandados de prisão expedidos no período de jan/2010 a jul/2013, 22.850 mandados de prisão cumpridos, no período de ago/2009 a jul/2010, 19.064 armas de fogo apreendidas, entre fev/2010 a mai/2013, 26.254 prisões efetivadas, entre jun/2012 e ago/2013, entre outras operações, entre outros resultados. No período anterior a implantação do Modelo não haviam registros estatísticos confiáveis a respeito desses indicadores. O terceiro impacto registrado foi uma melhoria na qualidade da informação. Anteriormente à implantação do modelo, não havia indicadores de processo que pudessem balisar de maneira clara as decisões operacionais. Com a implantação da Modelo, foram construídos - além dos indicadores principais de CVLI e CVP - conjuntos de indicadores intermediários para monitorar: i) a atuação das forças policiais – através da Câmara Técnica de Defesa Social, ii) a reinserção de reeducandos e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho – através da Câmara Técnica de Prevenção Social; e iii) o atendimento a usuários de drogas e dependentes químicos – através da Câmara Técnica de Enfrentamento ao Crack. O conjunto de indicadores utilizados para o monitoramento da atuação das

forças policiais é composto pelo registro semanal de 07 indicadores, como por exemplo: quantidade de armas apreendidas, número de recolhimentos, número de debelamentos de pontos de distribuição de drogas, e pelo registro mensal de 06 outros indicadores, como: número de mandados cumpridos e operação contra-ameaça. Já os indicadores de reinserção de dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho, visando a redução da reincidência em comportamento criminoso são acompanhados, por técnicos do Patronato Penitenciário, setor que atua nessa missão através de assistência jurídica, psicossocial e pedagógica, oferecendo serviços de assistência e oportunidades de trabalho, e promovendo ainda a participação da sociedade no processo de cumprimento da pena através de parcerias. Por fim, tem-se as ações relacionadas à redução da violência e criminalidade geradas pelo consumo de drogas, conduzidas pelo Programa Atitude – Atenção Integral aos usuários de Drogas e seus Familiares. O Programa conta com três carros adaptados e uma equipe composta por psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e educadores realizando o atendimento. Dentre as ações do Programa, no ano de 2012, cerca de cinco mil pessoas foram abordadas nas ruas, duas mil passaram pelas casas de apoio, 450 delas aceitaram ficar no tratamento intensivo. Dos cidadãos atendidos, 80% eram usuários de crack, 48% já estiveram em situação de ameaça de morte; 56% disseram já ter sofrido tentativa de homicídio; 44% eram egressos do sistema prisional ou da Funase e 51% alegaram já terem contraído dívidas com traficantes. Entre setembro de 2011 e junho de 2013, 1.904 pessoas foram atendidas pelo Acolhimento e Apoio nas cidades do Recife, Jaboatão, Cabo, Caruaru e Floresta. Destas, 51% alegaram já terem contraído dívidas com traficantes, 48% já estiveram em situação de ameaça de morte, 56% disseram já ter sofrido tentativa de homicídio, 44% são egressos do sistema prisional ou da Funase e 80% são usuários de crack. Com base nesses conjuntos de indicadores, que são monitorados pelas referidas Câmaras Técnicas e apresentados nas Reuniões semanais de Monitoramento, foram realizados desde a implantação do Modelo, um total de 3.353 encaminhamentos, sendo 1.299 da Câmara de Prevenção Social, 689 da Câmara de Enfrentamento ao Crack e 1.365 da Câmara de Defesa Social. O quarto resultado observado com a implementação do Modelo foi a da quantidade e qualidade do investimento nas ações relacionadas à segurança pública e prevenção à criminalidade e violência, quer direta ou indiretamente. Registra-se no ano anterior à implantação do Modelo quando da implantação do Programa Pacto pela Vida, em 2007, um total de R\$ 23,20 investidos em segurança pública. Foi observado entretanto, um significativo aumento no referido montante, para uma média anual desde então de R\$ 98,80 tendo atingindo um patamar máximo de investimento no ano 2011 totalizando R\$ 116,30, tendo sido observado um aumento real de 401% no investimentos na área de 2008 a 2013, em relação aos 05 anos anteriores à sua implantação. As deliberações resultantes das Reuniões de Monitoramento têm conferido maior qualidade aos investimentos, pois as decisões que delas resultam são baseadas no comportamento dos indicadores avaliados. Diante disso, a tendência de comportamento do indicador principal tem sido a de redução.

Sustainability (10%) (700 words)

The initiative can demonstrate its capacity to remain effective over time. Particular weight will be given to the following:

- Institutional and communitarian capacity-building to ensure stable management.
- They consider the follow-up or monitoring of the post-intervention beneficiaries

A sustentabilidade organizacional do Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida e dos seus resultados é consequência de uma mudança de cultura organizacional que já estava sendo vivenciada não apenas pelas forças de segurança de Pernambuco, mas também transversalmente, pela maioria das Secretarias e Órgãos do Estado. Desde a concepção do atual modelo de gestão do governo Todos por Pernambuco em 2007, a utilização de ferramentas administrativas aliadas aos instrumentos formais de planejamento vem sendo adotada de maneira sistemática, fazendo com que a cultura organizacional do Estado tenha sido profundamente impactada, através de adoção prática de conceitos como planejamento, estabelecimento e cumprimento de metas, priorização de ações, gestão por resultados, gestão à vista, compromisso com a transparência e accountability. Nesse contexto o Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida teve seu início dentro de um cenário favorável à durabilidade dos seus resultados. Apesar da gestão do Governo do Estado de Pernambuco à época, ainda estar em seu primeiro mandato, toda a estratégia era formulada a partir de uma política de Estado, prevendo continuidade e propiciando um ambiente adequado ao estímulo do desenvolvimento das ferramentas e requalificação das metas pactuadas no governo

anterior. O que foi desenvolvido e amplificado com o início do segundo mandato. No que tange à sustentabilidade financeira dos encaminhamentos gerados pelo Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida através das Reuniões de Monitoramento, tem-se que já foram investidos R\$ 494 milhões em políticas de segurança e prevenção à criminalidade de 2008 a 2011, atingindo um percentual de aumento de investimento de 411% em relação aos patamares dos 04 anos anteriores à implantação do modelo. Tais decisões estratégicas de direcionamento de investimento vêm sendo balisadas na leitura e análise dos indicadores com a identificação das áreas de maior carência de atuação do Estado a partir das Reuniões de Monitoramento, tendo como insumo principal as contribuições das Câmaras Técnicas, incluindo as demandas advindas da sociedade, através daquelas que atuam mais diretamente com o cidadão. Em relação à sustentabilidade institucional do Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida, vale ressaltar a promulgação de marcos legais que garantiram a formalização das medidas adotadas no escopo da iniciativa, tais como: i) a publicação da Lei Complementar 118 de 2008, que cria o cargo de Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão; ii) a publicação da Lei 14.024 de 2010, que instituiu a Premiação de Defesa Social para os agentes de segurança por atingimento de metas; iii) a publicação da Lei 14.320 de 2011, que instituiu os mecanismos de medição da produtividade das polícias civil e militar; e iv) a Lei 14.561 de 2011, que institui a política estadual sobre drogas; e v) a publicação do Decreto nº 38.576 de 2012 que criou as Câmaras Técnicas.

Adaptability (10%) (700 words)

Explain why the innovation is suitable for adaptation by other governments in the region. (The innovation may have already been adapted by other governments.) Particular weight will be given to the following:

O Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida apresenta características intrínsecas que permitem a sua adaptabilidade para outras esferas de governo, por já ter sido concebido através de adaptações de ferramentas clássicas das Ciências Administrativas, como por exemplo: BSC, BPMN, PMBOK, dentre outras. Assim, a iniciativa foi desde o princípio modelada a partir de conceitos flexíveis, para amplificar a efetividade da sua aplicação. Dentro dessa visão, a maior parte dos instrumentos pode ser adaptável à realidade de cada contexto em que o modelo venha a ser implementado; o modelo é ainda de fácil transferência de metodologia: seu conjunto de práticas que englobam sua inteligência tem sido transferida para municípios como Ipojuca e Bezerros, outras unidades da Federação, como também órgãos vinculados, como o a Câmara da Verdade, o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco e o Patronato Penitenciário. Dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo de Pernambuco, cabe à Secretaria Executiva de Desenvolvimento do Modelo de Gestão, dentre outras atribuições, a tarefa de atuar junto a secretarias e órgãos do Estado em processos de mentoria na implantação de boas práticas de gestão, alinhadas às bases já utilizadas no Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida. O Patronato Penitenciário, por exemplo, que atua na promoção e reinserção dos egressos e liberados do sistema prisional do Estado visando à diminuição da reincidência criminal - implementou sistemática de gestão e monitoramento similar ao Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida, através de consultoria ad-hoc prestada por analistas de planejamento, orçamento e gestão das Secretarias Executivas de Desenvolvimento do Modelo de Gestão, Gestão Estratégica e Gestão por Resultados da Secretaria de Planejamento e Gestão-Seplag. Nesse processo, foram criados o Comitê Gestor e instâncias que atuam como Câmaras Técnicas, tendo sido adotadas metodologias de transferência de conhecimento, ferramentas para elaboração de planos operativo e técnicas para construção de metas, indicadores e estratégias de monitoramento. Foi trabalhada de forma bastante enfática a importância da governança no processo de implantação do modelo de gestão e monitoramento das metas do Patronato Penitenciário, salientando-se a necessidade de ruptura com práticas burocráticas e mecanicistas de gestão, dando lugar ao alinhamento à nova cultura organizacional sendo implantada no Estado de Pernambuco, com foco em resultados. No âmbito municipal, o prefeito de Recife, capital do Estado de Pernambuco, já implantou o Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida do Recife, inclusive com a participação de técnicos do governo do Estado de Pernambuco. Podemos ainda citar o Estado da Bahia que, após mais de três meses com visitas de técnicos a Pernambuco, criou em 2011 o Pacto pela Vida Baiano com o Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida, e as mesmas operações; o Distrito Federal, e os Estados de Goiás, Paraíba e Alagoas, também se inspiraram em mecanismos do modelo pernambucano para criar seus próprios programas de monitoramento no combate à violência. Outros países, como Argentina, Paraguai, Colômbia e Uruguai também já enviaram missões ao

Incorporating citizen participation (20%) (1.400 words)

Describe steps taken to include views of citizens or businesses in the design or implementation of the innovation (public meetings, workshops, publication in general and institutional media, etc.) Particular weight will be given to the following:

- Degree of institutionalization or regulatory or legislative sanction of the mechanisms used.
- Degree of citizen input in the design or implementation of the proposal.

A incorporação da participação dos cidadãos no Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida acontece basicamente através de três principais instrumentos: i) o Ciclo dos Seminários Regionais Todos por Pernambuco; ii) as Câmaras Técnicas e iii) o site www.pactopelavida.pe.gov.br. O Ciclo dos Seminários Regionais Todos por Pernambuco aconteceu nos anos de 2007 e 2011 – no início das últimas duas gestões do atual governador do Estado. Os Seminários consistem em doze fóruns regionalizados de ausculta e debate popular e foram implantados com o objetivo principal de atender à necessidade do Governo de planejar e desenvolver ações estratégicas regionalizadas, baseadas no conhecimento da vida cotidiana das pessoas e de suas necessidades, e não apenas em aspectos técnicos e programáticos. Além de sessões plenárias, durante os Seminários Todos por Pernambuco, foram conduzidos debates em seis grupos de discussão distintos, cujos temas foram: Segurança Pública, Educação e Cultura, Saúde, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social e Infraestrutura. Assim, o Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida no ano de 2011, esteve representada em todos os 12 fóruns dos Seminários Regionais Todos por Pernambuco, mais especificamente em uma das 6 salas temáticas, através da presença do Secretário de Defesa Social - representante do Comitê Gestor - e analistas da Secretaria de Planejamento e Gestão, com o intuito de identificar comentários ou sugestões dos cidadãos para a construção de ações do governo relacionadas a segurança públicas. Na ocasião, a sociedade teve ainda a oportunidade de opinar sobre políticas públicas ligadas a prevenção primária como geração emprego, de educação em período integral, de infra estrutura, de cultura e lazer e de tantos outros aspectos capazes de promover um ambiente social menos violento. Dessa forma, os Seminários Regionais promoveram um espaço para o debate entre a sociedade civil organizada e o Poder Público cujo resultado influenciou diretamente as ações de segurança e correlatas constantes do Plano Plurianual – lei que consolida o plano de ação que o governo realizará nos três anos seguintes. Assim, no segundo ciclo dos Seminários Regionais Todos por Pernambuco em 2011 estiveram presentes 13.249 pessoas e 3.554 entidades estiveram representadas. Foi registrado um total de 26.147 propostas, dentre as quais 2.656 relacionadas a ações de gestão e implementação de políticas de segurança. Tais sugestões foram tratadas por um grupo de 14 profissionais de gestão também da Seplag, em uma força tarefa durante um período de dois meses, para a construção de um banco de dados que permitisse agrupar propostas semelhantes, e cotejá-las com as políticas definidas no Programa de Governo. Tal análise filtrou as propostas e foram criadas as PRS's - Propostas Resumidas dos Seminários, que influenciaram diretamente a criação de metas prioritárias - termo utilizado dentro do contexto do modelo de gestão de Pernambuco para denominar produtos quantificáveis entregues à sociedade, indicando o impacto do resultado Seminários Regionais. A outra principal via de incorporação da participação dos cidadãos no Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida ocorre através de três Câmaras Técnicas que atuam de maneira integrada nas ações de ressocialização, cidadania, prevenção e contenção ao crime, quais sejam: a Câmara de Prevenção Social, Câmara de Enfrentamento ao Crack e Câmara para Enfrentamento da Violência de Gênero Contra a Mulher. Tais Câmaras mantêm um vínculo com a sociedade através de suas atividades e programas, e buscam incorporar a participação, sugestões e necessidades dos cidadãos no exercício de tais atividades, focando na prevenção primária através da educação, socialização do cidadão e oferecimento de oportunidades por parte do poder público, visando abordar a prevenção da criminalidade, mas também as suas conseqüências. Assim temos que, a Câmara Técnica de Prevenção Social é liderada pela Secretaria de Articulação Social – SEART, que, por sua vez, articula ações e programas de diversas outras Secretarias, através do Programa Governo Presente de Ações Integradas para Cidadania. Sua atuação ocorre principalmente através de Ocupações Sociais de Impacto, eventos regionalizados que oferecem serviços educacionais, jurídicos, sociais, de saúde, cultura e lazer e tem como principal objetivo assegurar a promoção de políticas públicas integradas para o desenvolvimento social sustentável em bases territoriais. A

Câmara Técnica de Prevenção Social contabiliza desde a implantação do Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida, 142 reuniões e 1.299 encaminhamentos gerados a partir das necessidades detectadas no exercício das atividades, como também da incorporação das sugestões dos cidadãos atendidos. A Câmara de Enfrentamento ao Crack, liderada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SEDSDH atua dentre outras formas, através do Programa Atitude que representa as solicitações do seu público alvo formado na sua maioria por jovens e adultos, usuários de álcool, crack e outras drogas nas Reuniões de Monitoramento do Comitê Gestor. A Câmara para Enfrentamento da Violência de Gênero Contra a Mulher é coordenada pela Secretaria da Mulher. A Câmara atua na prevenção do crime, proteção e assistência à vítima, punição ao agressor e produção de conhecimento. Tal política alinha-se às diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). A Câmara para Enfrentamento da Violência de Gênero Contra a Mulher é fruto da experiência desenvolvida pelas organizações de mulheres em atuação no Estado. O CEDIM-PE, órgão vinculado à Secretaria da Mulher do Governo de Pernambuco, foi criado para contribuir para formular e propor diretrizes das ações governamentais voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero. No âmbito municipal, a Secretaria da Mulher faz a interlocução junto aos organismos municipais governamentais de políticas para as mulheres e às prefeituras no sentido de garantir a implementação de centros de referência para atender mulheres vítimas de violência. O terceiro - e mais recente - instrumento de incorporação da participação dos cidadãos no Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida é o site www.pactopelavida.pe.gov.br No referido site a população conta com um espaço para a postagem de contribuições ligadas a ações de segurança e prevenção à criminalidade e gestão da referida. As contribuições passam por um processo de triagem realizado por um analista que identifica o teor da postagem e encaminha para a respectiva Câmara Técnica ou para o Comitê Gestor, para análise e encaminhamento.

Social inclusion (30%) (2.100 words)

Indicate how the initiative targeted a diverse group of stakeholders, particularly the most excluded and persons at the greatest risk for violence: women, children, youth, the elderly and ethnic groups; and culturally and economically vulnerable families and communities. Also include crime prevention initiatives aimed at improving levels of social inclusion through employment strategies or job training, as well as strategies for income generation by and for beneficiaries. Show how the initiative was implemented with full respect for human rights, including the promotion of human rights.

Particular weight will be given to the following:

- Degree of linkage and integration of the initiative to other areas of social policy.
- Groups of vulnerable territories are identified and actions to include them are prioritized
- The initiative tends to the integrity though the generation of strategies of social inclusion, work or education for work or business ventures.
- Methodologies are coherent, respectful of the fundamental rights of people and their communities.

O Modelo de Gestão por Resultados do Programa Pacto pela Vida atua transversalmente através das suas Câmaras Técnicas, identificando e direcionando as ações do programa de forma a atender prioritariamente a uma diversidade de atores mais sujeitos ao risco de violência. Durante as Reuniões de Monitoramento que acontecem semanalmente, é feito um diagnóstico situacional das 26 Áreas de Segurança do Estado, identificando aquelas cujos indicadores apresentam resultados menos favoráveis, para estabelecer – além de ações de repressão contra a violência - ações de prevenção primária buscando atender aos públicos minoritários e excluídos, formados principalmente por mulheres e jovens, como também famílias e comunidades social e economicamente vulneráveis. Essa conduta de atuação do Modelo de Gestão por Resultados do Programa Pacto pela Vida está alinhada à estratégia definida pelo Governo do Estado, que tem como foco prioritário de atuação no seu mapa da estratégia, os estratos mais vulneráveis da população. Nesse contexto, o Modelo de Gestão por Resultados do Programa Pacto pela Vida trabalha para que ações de repressão qualificada e de prevenção sejam entregues de forma complementar e simultânea. De um lado, a repressão qualificada, atuando após o cometimento do crime, qualificando o atendimento à vítima, otimizando os recursos de investigação e policiamento ostensivo. Do outro lado, a prevenção da violência voltada principalmente à

parcela da população mais vulnerável às ações criminosas, atuando para evitar que o crime aconteça, oferecendo oportunidades de educação, emprego, saúde, cidadania, atividades de cultura e lazer, e, principalmente, implantando ações mais permanentes como: escolas, centros de serviços comunitários, espaços públicos de lazer, postos de saúde, dentre outros. Tais ações preventivas são, por natureza, multidisciplinares, na medida em que buscam aumentar os fatores de proteção e diminuir os fatores de risco à violência. Deste modo, tais ações estão necessariamente sob responsabilidade de diferentes Secretarias e Órgãos estaduais e de esferas diferenciadas de governo e da administração. Nesse sentido, as ações de prevenção da violência se concretizam de modo intersetorial. No escopo do Modelo de Gestão por Resultados do Programa Pacto pela Vida esta ação – que oferece prevenção primária aos públicos de maior vulnerabilidade social e portanto, mais sujeitos à ação criminosa - acontece principalmente através da atuação estratégica da Câmara Técnica de Prevenção Social, da Câmara para Enfrentamento da Violência de Gênero Contra a Mulher e da Câmara de Enfrentamento ao Crack. A Câmara Técnica de Prevenção Social é coordenada pela Secretaria de Articulação Social que realiza em conjunto com outras Secretarias, as Ocupações Sociais de Impacto, promovidas semanalmente pelo seu principal programa, o Governo Presente. Das Ocupações Sociais de Impacto, participam diversas Secretarias de Estado, dentre elas: Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo, Secretaria da Criança e Juventude. As principais ações realizadas nos referidos eventos são: palestras educativas de prevenção ao uso de drogas e entorpecentes, emissão de documentos, assistência jurídica, cadastramento da população, orientações sobre programas de qualificação profissional, ações de higiene e saúde, realização de exames clínicos, ações de prevenção e saúde bucal, jogos e brincadeiras, dentre outras. As Ocupações Sociais de Impacto são direcionadas aos estratos mais vulneráveis da população dos territórios e ao atendimento dos universos que necessitam de maior proteção e inserção socioproductiva, denominados universos prioritários. Estes são segmentos sociais mais expostos à violência e criminalidade, e caracterizados por situações de risco e por fragilidades individuais e/ou coletivas na inclusão social, como: egressos do sistema de medidas socioeducativas; adolescentes em progressão de medidas socioeducativas; egressos do sistema prisional; reeducandos do sistema penitenciário em regime de progressão de pena; usuários e dependentes de drogas e pessoas em situações de ameaças. Os objetivos das Ocupações Sociais de Impacto visam garantir a igualdade de oportunidades e o acesso da população às ações do Governo nas áreas de maior vulnerabilidade, incorporando a ideia de alterar as condições sociais ou institucionais que podem influenciar a atividade criminosa. Elas tratam, portanto, de fortalecer as comunidades em situação de risco através de serviços e projetos voltados para sua população, no sentido de aumentar o capital social da comunidade, buscando, através de tais projetos e serviços, implementar ações que reduzam fatores de risco e fortaleçam os fatores de proteção da comunidade contra a violência e o crime. No âmbito das ações voltadas ao gênero, o Modelo de Gestão por Resultados do Programa Pacto pela Vida orienta e acompanha as ações da Câmara para Enfrentamento da Violência de Gênero Contra a Mulher nas suas diversas frentes. A referida Câmara é coordenada pela Secretaria da Mulher que, no âmbito da prevenção da violência doméstica e sexista, desenvolve campanhas, ações culturais, educativas e informativas que englobam toda a população pernambucana no intuito de contribuir com a transformação da cultura patriarcal presente na sociedade. Esse trabalho possui os seguintes grupos focais: escolas públicas e particulares, o aparelho do Estado e a população que frequenta as manifestações culturais de Pernambuco. Nesse eixo temático, a transversalidade de gênero é garantida com a articulação junto às secretarias estaduais de Educação, Cultural, Esportes e Turismo; bem como em parceria com os organismos governamentais municipais de políticas para as mulheres e com entidades da sociedade civil. Dentre as ações educativas e de prevenção à violência contra a Mulher, diversas ações de mídia foram produzidas, dentre elas a campanha Basta de Violência contra a Mulher. Esta foi desenvolvida em duas vertentes: investimento na veiculação de peças publicitárias em veículos de comunicação com forte atuação no Estado – como emissoras de rádio, TVs e jornais - e no contato direto com a população que frequenta as praias do litoral pernambucano através da distribuição de material educativo. A proposta da ação foi chamar a atenção da população para a ideia de que a violência doméstica e sexista é crime. No que tange a política de enfrentamento à violência contra a mulher, o Modelo de Gestão por Resultados do Programa Pacto pela Vida acompanha e delibera sobre a implantação de ações especializadas para atender mulheres vítimas de agressão, seguindo as orientações estabelecidas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) - lei que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Assim, Pernambuco possui atualmente seis casas-abrigo, sete delegacias de polícia especializadas no atendimento às mulheres vítimas violência – localizadas nos municípios de Paulista, Caruaru, Garanhuns, Surubim, Recife, Jaboatão dos Guararapes e Petrolina –, e o Núcleo de Defensoria Pública Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência (DEPEDDIM). Até o final de 2016, a meta é instalar sete delegacias e 05 juizados especializados. Os juizados serão instalados no Cabo de Santo Agostinho (atendendo

Cabo e Ipojuca), em Camaragibe (para a área de Camaragibe e São Lourenço da Mata), Igarassu (Abreu e Lima, Itapissuma e Igarassu), Jaboatão dos Guararapes (Jaboatão e Moreno) e Olinda (que abrange Olinda e Paulista). Para o alcance desses objetivos, a Secretaria da Mulher se articula com as secretarias de Defesa Social e de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e o sistema Judiciário de Pernambuco. Em relação a ações de proteção à mulher, o Governador do Estado - presidente do Comitê Gestor do Pacto pela Vida – anunciará em 23 de setembro do corrente ano, que Pernambuco vai adotar o uso de tornozeleiras eletrônicas para monitorar o cumprimento das medidas protetivas de ~~urgê~~ por parte dos homens agressores de mulheres, enquadrados na Lei Maria da Penha, supracitada. O tempo de uso do dispositivo vai depender da sanção a ser decidida pela Justiça, buscando assegurar o pleno respeito pelos direitos humanos. Trata-se de uma maneira de monitorar o cumprimento das medidas protetivas e salvar a vida de muitas mulheres. Visando o atendimento ao público adulto-jovem usuário de álcool, crack e outras drogas e portanto suscetível a crimes contra a vida, as ações gerenciais do Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida acompanham o Programa Atitude – Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares, no eixo de prevenção ao uso de drogas do Pacto Pela Vida. O Modelo de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida monitora semanalmente os indicadores desse programa, que passou a ser considerado, a principal ferramenta do poder público estadual no enfrentamento e atendimento à problemática da dependência química e seus agravantes. O Programa Atitude é dividido em três vertentes: Atitude Acolhimento e Apoio (capazes de atender 30 pessoas durante o dia e 10 à noite), Atitude Acolhimento Intensivo (espaço de proteção integral intensivo 24h para usuários de drogas com vínculos familiares e comunitários rompidos, cujo tempo de estadia varia de um a seis meses de acordo com o perfil do usuário) e o Atitude Aproximação de Rua (intervenção psicossocial e socioassistencial junto aos usuários de drogas, em especial àqueles adultos e jovens em situação risco, de forma itinerante em espaços não convencionais – praças, escolas, bares, ruas e comunidades). O programa ainda atua na articulação de políticas públicas como saúde, educação, trabalho e esportes, garantindo uma maior efetividade dos trabalhos desenvolvidos. Como outro exemplo de uma iniciativa deliberada nas Reuniões de Monitoramento do Comitê Gestor do Pacto Pela Vida, o Governo de Pernambuco e a Prefeitura do Recife, através da Secretaria Executiva de Ressocialização e da Empresa de Limpeza Urbana de Recife-EMLURB assinaram convênio para a utilização da mão de obra de 200 reeducandos do projeto Nova Chance. Os detentos beneficiados cumprem pena no regime semiaberto na Penitenciária Agroindustrial São João, em Itamaracá, e na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima. Além do Recife, os municípios de Paulista, Pesqueira, Petrolina e Canhotinho já aderiam ao Nova Chance. Com isso, mais de 400 reeducandos estão tendo a oportunidade de trabalhar. O principal objetivo do projeto é promover a reintegração social através do trabalho. A consequência desta iniciativa é a diminuição dos índices de violência e da reentrada no sistema prisional, além da recuperação continuada dos sentenciados.

3. Declaration and annexes

Download the declaration [here](#). Complete the declaration and sign it before uploading it to the application (PDF).

[View File](#)

Annexes (PDF)

[View File](#)

Annexes (PDF)

[View File](#)

Annexes (PDF)

[View File](#)